

Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU

Brasília, 18 a 22 de abril de 2022 – Nº 455

[STF valida normas sobre urgência na tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional](#)

[Partidos questionam lei que autoriza municípios a definirem áreas de prevenção permanentes em zonas urbanas](#)

[STF conclui o projeto “Arquivo 100% Digital”](#)

[STF vai decidir se vigilante pode ter direito a aposentadoria especial com fundamento na exposição ao perigo](#)

[Primeira Turma declara prescrita execução movida por sindicato contra Universidade Federal da Paraíba](#)

[MP não pode ajuizar ação civil pública sobre restituição de empréstimo compulsório, decide Primeira Turma](#)

[Pesquisa Pronta destaca limitações ao direito de propriedade e critérios para majorante em crime tributário](#)

[Primeira Seção homologa acordo de não persecução cível em ação de improbidade na fase recursal](#)

[Cabimento de recurso depende de previsão legal, não de estratégia processual da parte](#)

[Humberto Martins prestigia lançamento de obra do CNJ sobre inteligência artificial em que participa como autor de artigo](#)

[Jurisprudência em Teses traz novos entendimentos sobre embargos de declaração](#)

[Primeira Seção definirá em repetitivo a legalidade de prazo máximo para pedido de seguro-desemprego](#)

[CNJ realiza pesquisa sobre percepção do público em relação aos serviços do Judiciário](#)

[Inscrições abertas para o “Seminário de Direito Penal” e “VIII Fórum Nacional de Juízes Federais Criminais”](#)

[Workshop sobre aspectos civis do sequestro internacional de menores tem inscrições prorrogadas até o dia 26 de abril](#)

[IX Jornada de Direito Civil: divulgados os nomes dos autores de propostas admitidas](#)

[Inscrições abertas para o “II Seminário sobre Cooperação Jurídica Internacional”](#)

Informativo STF - Nº 1050

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)